

OLHARES DOCENTES

Educação Quilombola: Desafios na construção do currículo afro referenciado¹

Renata Maria Franco Ribeiro²



Ao fazermos uma reflexão sobre os desafios e perspectivas, a partir de um panorama da educação quilombola no Brasil, sobretudo é necessário destacar as diretrizes curriculares quilombolas, com vistas ao desenvolvimento e reivindicações das lutas da população negra no território brasileiro. Estes dispositivos legais são ferramentas que deveriam de forma efetiva promover o reconhecimento das identidades quilombolas, das

vozes silenciadas de mulheres e homens negras/os e, da visibilidade da história de luta e dos valores e tradições, respeito as vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país, recontar a história dos quilombos de forma a considerar suas

¹Trabalho realizado no âmbito do Curso Educação Escolar Quilombola pelo Programa de Formação Continuada de Docentes, Pesquisadores e Representantes de Movimentos Sociais promovido pela Revista África e Africanidades.

² Graduanda Bacharelado em Humanidades (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira); Graduada em História e Geografia (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Especialização na Educação para as Relações Étnico-Raciais; e Professora na Escola Professor Júlio Holanda/Guaramiranga – CE.

especificidades étnico-culturais, de resistência e da dimensão histórica e na formação do Brasil.

A chamada escola tradicional com epistemologias eurocentradas apresenta os acontecimentos históricos, socioculturais pelo viés do colonizador, histórias hegemônicas onde o homem branco é o detentor do conhecimento, onde há uma estética e valores do homem branco/cristão que representa superioridade. Nesse sentido, a força da ordem colonial tentou a todo custo desenraizar, desconectar a população negra da educação e valores familiares, das suas crenças, costumes, religiosidade, entretanto levando em consideração a negação do Estado ao acesso à educação formal da população negra.

Pensar em educação quilombola e educação quilombola escolar requer repensar a trajetória da população negra e sobretudo da formação da educação brasileira. Esse debate é de



interesse de todas/os da população brasileira. É pensar como essa educação precisa ser organizada e projetada para emancipar os povos quilombolas que historicamente foram impedidos ter acesso à educação formal.

O corpo docente e a gestão escolar precisam estar atentos às políticas de inclusão da população negra. A mesma não acontece de forma dissociada e sim como marco legal conquistado, reivindicado. Tal discussão precisa ser coletiva, entretanto, reconhecemos que algumas lacunas precisam ser preenchidas e compreendidas sobretudo no currículo escolar, este por sua vez obrigatoriamente precisa atender as especificidades desse público diversificado que necessita de estratégias de integração, valorização das histórias dos seus antepassados, compreender “Eu sou porque nós somos”, pensamento e valores da filosofia africana. Neste sentido compreender e valorizar a diversidade étnica/cultural/linguística, social/econômica da população negra,

reconhecer a participação efetiva de africanos/as e dos povos com ascendência negra na construção da sociedade nacional e, sobretudo com a Lei nº 10.639/03, conquista e reivindicação dos movimentos sociais e em especial o Movimento Negro, que tem como um dos seus objetivos é a desconstrução das concepções racistas e de inferioridade quanto a população negra em relação aos povos do ocidente, que historicamente foram privilegiados, invisibilizando e negando o protagonismo de homens e mulheres negras/os vindos forçadamente na diáspora negra atlântica. Neste caso a ausência significativa de protagonistas negros/as influencia a forma das pessoas verem a realidade.

São histórias contadas dos povos negros por povos não negros, isto reflete a deturpação da história dos nossos/as antepassados africanos/as, no entanto o que se refere à população quilombola é preciso formar professores capazes de repensar e criar novas epistemologias que privilegiem determinados conteúdos como a história dos povos africanos contadas pelos africanos, até então apagados dos currículos escolares e da formação profissional dos docentes, ou seja, tecer um novo currículo que contemple os valores afro civilizatórios e afro pensados; elencando a memória coletiva, saberes ancestrais, a relação de trabalho, do comunitarismo, da religiosidade e da relação do homem com a terra.

Portanto será também na escola que a criança aprenderá a negar-se, isto é, não se reconhecer, o espaço escolar por muito tempo não soube compreender essa diversidade, respeitar as diferenças étnicas e raciais.

A família e escola precisam tecer atitudes /relações e práticas educativas que elevem a autoestima das crianças e jovens negros/as, evidenciando de forma positiva, contribuindo na formação da identidade étnica desses grupos. Nessa dimensão de construção de forma afro referenciada a criança aprenderá de qual grupo racial é integrante, e disso derivará parte de sua identidade social.

A gestão escolar quilombola enfrenta desafios na forma de trabalhar pedagogicamente, numa perspectiva afro-referenciada, isto é, implementar um currículo que trabalhe de forma efetiva a dimensão da história dos povos vindos de África, dos valores civilizatórios repassados pelos mais velhos/as das comunidades quilombolas, que contemple e religue a população negra no modo de pensar, fazer, criar e recriar, de imaginar, de se alimentar, de conectar-se com o sagrado aprendido pela oralidade e memória, muitos são os desafios vividos, no entanto pensar e o fazer coletivamente são estratégias de integração, sociabilidades e inserção social dessas comunidades quilombolas por uma educação quilombola que congregue essas diferenças para a formação de crianças e jovens negros/as.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Brasília, MEC/CEB, 2012.